LEI MUNICIPAL Nº 477/CMT/2014.

AUTORIZA AO PODER EXECUTIVO A TRANSFERIR POR ESCRITURA PÚBLICA OS LOTES DE TERRENOS SITUADOS NA PARTE DA RUA MARIA HELENA MUNIZ DE OLIVEIRA, CENTRO, TARUMIRIM/MG, A PREÇO SIMBÓLICO AOS SEUS LEGÍTIMOS POSSUIDORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE TARUMIRIM-MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição da República Federativa do Brasil, da Constituição do Estado de Minas Gerais e em consonância com a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal de Tarumirim/MG, a transferir, por meio de escritura pública, ao preço simbólico de R\$ 1,00 (*um real*) por metro quadrado, aos legítimos possuidores de lotes urbanos, que estejam construídos e ocupados com a finalidade de moradia própria, com dimensão fixada por medida padrão, situados na Rua Maria Helena Muniz de Oliveira, a partir da curva que tem como ponto de referência a cerca divisória da área pública até o alto da Igreja Nossa Senhora Aparecida, com posse mansa e pacífica não inferior a cinco anos,.

Art. 2º Poderá o Poder Executivo, visando a regularidade fundiária, usar do instituto disciplinado no art. 1º, em qualquer área que for considerada como urbana, cujos terrenos estejam em nome do Município e ocupados por seus possuidores para moradia própria através de posse mansa e pacífica, com anterioridade não inferior a cinco anos da data da publicação desta lei.

Art. 3º Ficam expandidos os perímetros urbanos das vias públicas situadas entre as propriedades do Sr. José Ronaldo Ambrósio Pires e Sr Geraldo Cezário de Oliveira, área oriunda do ex-proprietário José Augusto de Assis e de terrenos devolutos, compreendendo as vias públicas já nomeadas como ruas Maria Helena Muniz de Oliveira, Professor Bernardino Sena, Jaime de Souza e Silva, Nossa Senhora Aparecida, esta com término no lugar conhecido como Igrejinha de Nossa Senhora Aparecida, e Travessa Nossa Senhora Aparecida.

Art. 4º O valor venal do imóvel será utilizado tão somente para efeito de base de cálculo do ITBI, que será recolhido pelo interessado na regularização do imóvel.

Art. 5º Correrão por conta de cada possuidor, de forma exclusiva, os ônus das despesas com tributos e taxas decorrentes da transmissão de cada lote.

Art. 6º Ficam revogadas as Leis nº 176/2002 e 366/2010, bem como todas as disposições conflitantes em contrário.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Tarumirim/MG, 18 de novembro de 2014.

Dalva Maria de Oliveira
PREFEITA MUNICIPAL